

**política internacional**

# Eis aqui o Haiti



**E**m seus mais de 200 anos de independência, o Haiti tem sido marcado por freqüentes golpes: foram 32 desde 1804. O último foi perpetrado no ano passado, contra o presidente Jean Bertrand Aristide. Depois de sua queda, uma missão militar das Nações Unidas – comandada por um general brasileiro -> chegou ao país para apoiar o governo provisório que se instalou.

O escritor Ben Terrall diz que, a poucos meses da realização de eleições no país, a polícia comandada pelo novo regime está reprimindo violentamente os membros do Partido Lavalas – que concentra os partidários de Aristide –, “a organização política haitiana com maior apoio popular”.

Terrall é um dos quatro articulistas da seção *Opinião*, como sempre coordenada por nosso editor especial, Paulo Arantes. Outro é a economista Sandra Quintela, que esteve no Haiti no início de abril. Ela critica a intervenção estrangeira no Haiti, mas chama a atenção para o fato de que Aristide, retirado do poder no final de fevereiro do ano passado com o apoio da França e dos EUA, corria na época o risco de ser apeado pela própria população do país, insatisfeita com os rumos de seu governo. A razão é que, em seu segundo mandato como presidente, ele colocou em prática as regras da cartilha neoliberal. O que motiva a pergunta de outro dos autores, o jornalista Daniel Guimarães: “é possível existir grupos de esquerda que, obviamente façam oposição ao golpe e à subsequente ocupação, mas também ao governo de Aristide?”

Um exemplo da política neoliberal do ex-presidente – mantida e aprofundada pelos que o substituíram – é a implantação da primeira zona franca do país. João Alexandre Peschanski diz que o Haiti perdeu a soberania sobre essa área de 80 hectares, situada na fronteira com a República Dominicana. Ele registra o depoimento de um líder sindical, segundo o qual, ante protestos de operários por melhores condições de trabalho, a empresa que atua na zona franca simplesmente chamou o Exército dominicano, do outro lado da fronteira, para reprimir os trabalhadores.

Diante do quadro atual do Haiti, vale a pena destacar ainda o alerta de Sandra Quintela ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela lembra que o Haiti é parte do jogo geopolítico jogado por países poderosos, como EUA, França e Canadá. E diz: “Será que vale a pena que os militares brasileiros participem da ocupação de um país irmão, que é pobre e negro, que não precisa de tropas militares e sim de tropas de solidariedade e de reconstrução?”.

Todas as imagens deste cadernos são fotos recentes do Haiti

# A morte da democracia

Entidade americana diz que a Polícia e o Exército haitianos perseguem a oposição com práticas brutais

Ben Terrall

Em sintonia com suas grandiosas proclamações sobre a construção da democracia no Oriente Médio, o governo do presidente George W. Bush está anunciando as novas eleições no Haiti, marcadas para outubro e novembro, como a grande esperança para a nação mais pobre do Hemisfério Ocidental. No entanto, enquanto Washington proporciona apoio diplomático, político e militar para o governo haitiano do primeiro-ministro interino Gérard Latortue, ao mesmo tempo policiais encapuzados e esquadrões da morte estão reprimindo sistematicamente os adeptos políticos do ex-presidente Jean Bertrand Aristide.

O Partido Lavalas, de Aristide, ainda é, por larga margem, a organização política haitiana com o maior apoio popular. Meses depois do golpe do final de fevereiro do ano passado, que tirou Aristide do cargo, um funcionário da Embaixada dos EUA em Porto Príncipe, Conrad Tribble, admitiu: "Se houvesse uma eleição hoje, o Lavalas venceria". Mas, hoje, os partidários do Lavalas mal podem sair de casa com segurança, enquanto o líder paramilitar direitista Guy Philippe, que foi treinado pelas Forças Especiais dos EUA no Equador, nos anos 1990, lançou seu próprio partido político, a Frente pela Reconstrução Nacional.

No começo de fevereiro de 2004, Philippe liderou paramilitares treinados pelos EUA, que saíram da República Dominicana para atacar a segunda maior cidade do Haiti, Cap-Haitien. Também dirigiu os ataques paramilitares Louis-Jodel Chamblain, da Frente Revolucionária para o Avanço e o Progresso Haitianos, um esquadrão da morte anti-Lavalas que a CIA ajudou a criar em 1993. Nas duas semanas seguintes, essas forças esvaziaram as prisões do Haiti; entre os que foram libertados estavam veteranos do esquadrão da morte anti-Aristide, que participaram do golpe de 1991-1994. O novo regime agora lotou as cadeias com funcionários do governo, professores e partidários do Lavalas.

Thomas Griffin, um advogado de imigrantes da cidade de Filadélfia, nos EUA, entrevistou tanto habitantes de favelas como as ricas elites do Haiti para um relatório recém-publicado pelo Centro de Estudos de Direitos Humanos da Universidade de Miami. O relatório observa: "As instituições de segurança e da Justiça do Haiti alimentam o ciclo de violência. As execuções sumárias são uma tática da Polícia. (...) O Exército brutal do Haiti, que havia sido

desmobilizado, voltou a agir para cometer atrocidades. Suspeitos de serem dissidentes lotam as prisões, com seus direitos constitucionais ignorados. Na medida em que as vozes em favor da mudança não-violenta são silenciadas por detenções, assassinios ou intimidação, a violência defensiva surge como uma opção válida".

Grande parte da repressão ocorreu sob a vigilância da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), criada pelo Conselho de Segurança da ONU a

1º de junho de 2004. Um relatório de março de 2005, preparado pelas ONGs Estudantes de Direito em Harvard Militantes pelos Direitos Humanos e Centro da Justiça Global, observa que a missão recebeu "um forte mandato em três áreas principais: proporcionar um ambiente seguro e estável, particularmente por meio do desarmamento; apoiar o processo político

**Meses depois do golpe que tirou Aristide do cargo, um funcionário da Embaixada dos EUA admitiu que se houvesse uma eleição, o Lavalas, partido do presidente deposto, venceria**

e a boa governabilidade, durante a preparação para as próximas eleições; e monitorar e fazer relatórios sobre os direitos humanos", mas "fez pouco ou nenhum progresso em qualquer dessas três frentes".

O relatório da Harvard conclui: "A Minustah proporcionou cobertura para abusos cometidos pela PNH (Polícia Nacional Haitiana) durante operações em bairros pobres de Porto Príncipe, historicamente tensos. Ao invés de aconselhar e instruir a Polícia em práticas melhores, e de monitorar seus maus passos, a Minustah foi a parteira de seus abusos". O relatório também atacou a falta de vontade das Nações Unidas em proteger os civis da violência, dizendo: "o fracasso em fazer isso, quando os civis pedem a assistência da ONU, é simplesmente incompreensível".

**Sem prova nenhuma** O padre Gerard Jean-Juste, famoso tanto no Haiti como na diáspora (os haitianos no exterior e seus descendentes) por causa de décadas de serviços aos pobres, ainda está trabalhando em Porto Príncipe. A 13 de outubro de 2004, policiais haitianos, mascarados, prenderam Jean-Juste quando ele distribuía alimentos a centenas de crianças famintas em sua paróquia. Latortue alegou que havia um mandado para a prisão de Jean-Juste, mas ninguém nunca mostrou o documento ou qualquer prova que ligasse o sacerdote a algum crime. Isso quer dizer que a prisão ocorreu em violação da Constituição do Haiti, mas o Departamento de Estado dos EUA minimizou isso, dizendo: "Juristas haitianos nos disseram

que, segundo a lei haitiana, o governo pode manter o padre Jean-Juste em sua atual situação durante três meses, enquanto o governo reúne elementos para a acusação contra ele." Um porta-voz do Departamento de Estado garantiu também aos repórteres que Jean-Juste estava "detido legalmente".

Mas, como disse um dos advogados de Jean-Juste, o professor William Quigley, da Universidade Loyola de Nova Orleans, EUA: "A situação aqui é muito ruim – não há lei de verdade, exceto a lei do mais forte".

A 29 de novembro, Jean-Juste foi libertado por falta de provas. Ele disse à publicação *In These Times*: "Um sujeito como eu tem sorte". Enquanto esteve preso, seus pulsos ficaram algemados de modo tão apertado que a circulação de sangue ainda não tinha voltado completamente a uma das mãos, mas "eles não me bateram". Doze de seus colegas de cela foram espancados tão brutalmente "que fraturaram a cabeça".

Em contraste com Jean-Juste, o caso de Ted Nazaire não recebeu nenhuma atenção internacional. Nazaire foi preso depois de brigar com o seu irmão. Como aconteceu de um juiz estar passando pelo local quando a briga ocorreu, um mandado foi realmente expedido para sua detenção, diferentemente da maioria de seus companheiros de cadeia. Alto e musculoso aos 26 anos, Nazaire passou quatro meses na prisão, até que sua mãe recorreu ao suborno de um juiz.

Enquanto esteve na prisão, Nazaire foi testemunha do

sangrento massacre de 1º de dezembro, em que presos foram mortos por guardas na Penitenciária Nacional – no mesmo dia em que o então secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, estava num encontro de alto nível com Latortue.

Nazaire calcula que a Polícia matou sistematicamente pelo menos 60 presos. Outras testemunhas, inclusive o jornalista Saby Kettny, da *Rádio Megastar*, que viu a Polícia atirando de metralhadoras contra os presos, confirmam que ocorreram execuções em massa. Segundo o Instituto para a Justiça e Democracia no Haiti, a 1º de dezembro, apenas 22 dos 1.041 presos na Penitenciária Nacional tinham sido condenados por algum crime. O olho inchado, a bandagem na cabeça e hematomas nos braços e pernas testemunham o brutal espancamento que Nazaire sofreu nas mãos dos guardas, que ameaçaram matá-lo se ele falasse sobre o massacre. Nazaire e sua família desde então se ocultam em lugar não revelado, por segurança.

**Lavalas demonizado** Jean-Juste diz que na maioria das rádios haitianas "tudo de mau que estiver acontecendo será atribuído ao Lavalas". As estações, na maioria de propriedade de membros das elites que se opuseram aos esforços de Aristide para aumentar o salário mínimo e incrementar outras iniciativas progressistas, têm demonizado o Lavalas há anos.

A Associação Nacional da Mídia Haitiana é integrante do Grupo de 184, um centro anti-Lavalas que se disfarça



como um grupo de entidades da sociedade civil e que foi a vanguarda do golpe contra Aristide, com financiamento do Instituto Republicano Internacional, com sede nos EUA, filiado à Fundação Nacional para a Democracia, também dos EUA. Entre 2001 e 2003, a Comissão Europeia destinou cerca de US\$ 890 mil para organizações integrantes do Grupo de 184, e a Agência Internacional do Desenvolvimento dos EUA (Usaid) lhe destinou mais de US\$ 3 milhões. Esse financiamento ocorreu durante o embargo de ajuda dos EUA, que paralisou financeiramente o governo Aristide.

André Apaid Jr., o líder do Grupo de 184, é um dono de fábrica que fundou a principal estação de televisão do país, a *Tele-Haiti*, e que liderou a campanha contra a decisão de Aristide de dobrar o salário mínimo. Na coleta de informações para o relatório da Universidade de Miami, Griffin falou com numerosas fontes que descreveram o apoio de Apaid ao gângster Labanye, que aterrorizou os moradores de Porto Príncipe até sua morte violenta, a 31 de março. Um veterano dissidente haitiano contou a Griffin que, apesar das alegações de Apaid de que ele é apolítico, ele era de fato “o patrão do governo”.

Griffin acredita que “as gangues do Lavalas” se tornou um *slogan* usado para justificar mais repressão. “A ONU está aqui para legitimar a repressão, mas não consegue nem falar com as pessoas que supostamente está ajudando”, diz ele. “Não há estratégia ao entrar nos bairros mais pobres durante as chamadas operações de segurança. Atiram a esmo, como a Polícia. Desde que Aristide foi derubado, os líderes democráticos que falam alguma coisa, inclusive funcionários do governo, foram ou mortos ou detidos. É absurdo culpar Aristide pelo seu desespero”, conclui.

O regime de Latortue também acusou Aristide de orquestrar a violência a partir de seu exílio na África do Sul – uma acusação questionável, segundo o advogado de direitos humanos Brian Concannon, que trabalhou durante anos para pôr atrás das grades o líder do esquadrão da morte,

Chamblain (o regime de Latortue absolveu Chamblain no último trimestre do ano passado, num julgamento noturno que a Anistia Internacional chamou de “insulto à Justiça” e “palhaçada”).

“Latortue pode dizer que Aristide está apoiando a violência em Porto Príncipe, sem nenhuma prova, e isto é apresentado como verdade absoluta nos jornais”, diz Concannon. “Mas quando as pessoas falam aos nossos advogados no Haiti sobre a perseguição de dissidentes pelo governo interino, elas têm informações confiáveis, consistentes e checadas. Essas informações não são publicadas na grande mídia”.

Um tal viés também caracteriza o processo eleitoral. Em novembro, Rosel Julien renunciou à presidência do Conselho Eleitoral Provisório, chamando de “comédia burlesca” os preparativos para as próximas eleições. Julien advertiu que outros membros do Conselho estavam tentando fraudar a votação e que o órgão não era capaz de assegurar eleições livres e honestas. O Conselho também excluiu representantes do Lavalas.

“Hoje, em 2005, quem pode esperar eleições livres, honestas e democráticas no Haiti, com milhares de membros do Lavalas na cadeia, exilados ou escondidos?”, perguntou Aristide, numa entrevista coletiva a 19 de abril na África do Sul. Ele exigiu que quatro passos sejam dados para fazer reverter o “trágico erro” do golpe de Estado de 2004.

“Um, milhares de membros do Lavalas, que estão na cadeia e no exílio, devem ser liberados para voltar para casa. Dois, a repressão, que já matou 10 mil pessoas, precisa acabar imediatamente. Três, é preciso ocorrer o diálogo nacional. Quatro, precisam ser organizadas eleições livres, honestas e democráticas, num ambiente em que a enorme maioria do povo haitiano não seja nem excluída, nem reprimida, como tem sido até hoje.” ■

**Ben Terrall** é escritor *free-lancer*. Vive em São Francisco, Estado da Califórnia, EUA.

## O papel dos brasileiros

Vale a pena que nossos militares participem da ocupação de um país irmão, que é pobre e negro?

Sandra Quintela

Desde sua independência, o Haiti sofreu inúmeros golpes e ocupações militares. Seu povo, no entanto, tem lutado e se comportado dignamente nesses momentos difíceis. Por demonstrar apreço por esse comportamento dos haitianos, a Missão de Solidariedade e Investigação sobre o Haiti esteve no país entre os dias 3 e 9 de abril deste ano. Fomos verificar a situação vivida pelo país, ocupado por tropas militares compostas majoritariamente

por latino-americanos e comandadas pelo Brasil. Éramos vinte participantes, da América Latina, Caribe, Canadá e África, pessoas representativas de importantes movimentos, redes e organizações sociais, religiosas, culturais e políticas. Encabeçaram a comitiva o Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel e Nora Cortiñas, representante das Mães da Praça de Maio-Linha Fundadora, ambos da Argentina. Do Brasil, foram o presidente

do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, bispo Adriel Maia; o deputado estadual Walmir Assunção, que foi representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Via Campesina; a atriz Lucélia Santos; o advogado João Luis Pinaud, da Ordem dos Advogados do Brasil; e eu.

Durante sua estada, a Missão encontrou o presidente da República, Boniface Alexandre, o primeiro-ministro, Gérard Latortue, os membros do Conselho de Sábios (que substituiu o Congresso Nacional desde a queda do presidente Jean Bertrand Aristide), o Conselho Eleitoral Provisório e representantes de cerca de 60 organizações da sociedade civil (mulheres, sindicatos, direitos humanos, partidos, etc.). Além disso, estivemos com embaixadores da União Européia, Chile e Cuba, Organização dos Estados Americanos, Nações Unidas e com o comandante das tropas militares da ONU no Haiti, o general Heleno Ribeiro. Visitamos também hospitais, escolas, o presídio central e a Zona Franca situada na fronteira com a República Dominicana.

**Continuidade de agenda** A queda do presidente Jean Bertrand Aristide tem sido motivo de acalorados debates. Na verdade, em seu segundo mandato, ele nada tinha a ver com o Aristide que ficou em nossa memória, o ex-padre, formado dentro dos princípios da Teologia da Libertação. Na sua volta ao poder, Aristide implementou um programa radicalmente neoliberal, que aprofundou ainda mais a catástrofe socioeconômica do país. Quando de sua saída, no final de fevereiro do ano passado, a população estava na rua exigindo sua renúncia – havia o risco de ele ser deposto pela força dos movimentos sociais. O governo interino que assumiu então está dando continuidade à mesma agenda econômica do líder deposto. Uma orientação econômica que traz fome e miséria e que fez o povo se rebelar contra Aristide.

A agenda dos dirigentes internos, porém, não atende aos anseios dos movimentos sociais organizados, que querem o cancelamento da dívida externa haitiana, contraída durante ditaduras sangrentas, como a de Duvalier, e aumentada após os inúmeros golpes pelos quais passou o país. Hoje, quase 90% desses débitos são com agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Embora o governo não dê prioridade às dívidas social, ambiental e política, paga a dívida financeira.

Os haitianos querem ainda a reparação da dívida histórica que a França tem para com o país. Querem que uma reforma agrária ampla seja realizada. Querem que os direitos das mulheres sejam respeitados. Querem empregos dignos e não o trabalho semi-escravo realizado nas empresas maquiladoras. A absoluta maioria dos movi-

mentos e organizações sociais com quem estivemos é contrária à presença de tropas estrangeiras no país. O argumento é o de que não estão em guerra e que, portanto, não necessitam de tropas militares.

Em linhas gerais, são três as prioridades do destacamento civil e militar da ONU, que, desde junho de 2004, ocupa o Haiti. Uma é apoiar o governo interino no sentido de garantir o Estado de direito.

Outra, garantir a realização das eleições gerais. Por fim, promover um processo de desarmamento. O que pudemos observar é que essas funções estão sendo cumpridas de forma muito precária, pois a violência tem aumentado no país e cresce o descontentamento com o governo interino. Condenamos a presença de qualquer

tropa militar estrangeira em qualquer país do mundo. Defendemos a capacidade de autodeterminação e soberania dos povos. Por isso, não podemos aceitar a legitimidade da presença das tropas da ONU.

As eleições, previstas para outubro (municipais) e novembro (legislativas e presidenciais) próximos, são de suma importância para a estabilização do país. Por isso mesmo é preciso dissipar o cenário de violência no Haiti, que sofre com o alto grau de militarização. Uma das recomendações concretas que fizemos foi a de que fosse formulado um plano de administração eleitoral com a participação da União Interamericana de Organismos Eleitorais, do Instituto Interamericano de Direitos Humanos e a Comissão Assessora de Promoção Eleitoral (Capel). Atualmente os pleitos estão sendo coordenados pela OEA, o que consideramos insuficiente em termos de experiência na organização de eleições.

Mantida a tendência de militarização, a situação tende a se complicar no Haiti, cuja posição geopolítica é disputada por França, Canadá e EUA – país que, é bom lembrar, mantém inúmeras bases militares nas vizinhanças (Honduras, Guatemala, Panamá, Cuba, Aruba e Curaçao).

**Tropas brasileiras** O papel das tropas brasileiras adquire grande importância nesse contexto. Ainda mais porque a próxima leva de militares brasileiros que seguirá para o Haiti está recebendo um treinamento mais orientado para a solução de conflitos de maior intensidade. Segundo a *Folha de S. Paulo*, os soldados do 57º Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército estão recebendo treinamento especial – autorizado por decreto presidencial – para lutar contra a insurgência. Além disso, 41 militares do Exército brasileiro que irão compor a próxima tropa estão sendo treinados também pelo GIT (Grupamento de Intervenções Táticas), da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. Criado em julho do ano passado, o GIT tem como função intervir e manter a ordem em casos de conflitos, motins e rebeliões em presídios. Esses

## A próxima leva de militares brasileiros que seguirá para o Haiti está recebendo um treinamento mais orientado para a solução de conflitos de maior intensidade

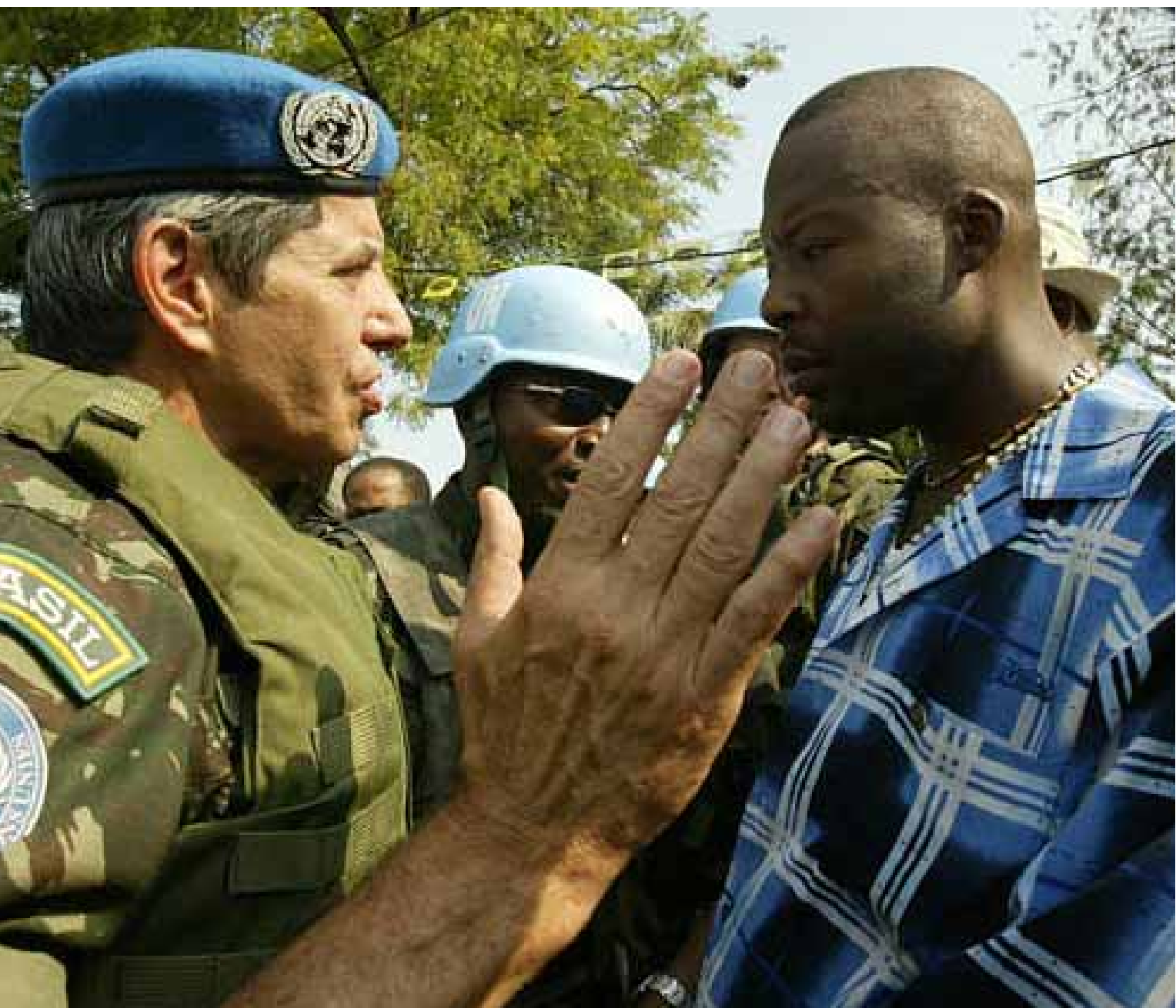
são alguns sinais do que será desempenhado pelas forças de ocupação em seu novo mandato, que as Nações Unidas devem renovar proximamente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante discurso pronunciado em novembro passado na cerimônia de posse do vice-presidente José Alencar no Ministério da Defesa, disse que, se as tropas brasileiras não fossem enviadas ao Haiti, "lá estariam os militares americanos, fazendo o que jamais os militares brasileiros vão fazer". Segundo o presidente, a orientação dada aos militares brasileiros é de "manter a paz até que aquele país possa no próximo ano convocar eleições e ter um presidente, um governo legitimamente eleito pelo voto direto".

O que o presidente Lula parece não perceber é que o

Haiti é um jogo a ser disputado entre grandes, como os EUA, França e Canadá, que têm altos interesses no país. A Embaixada americana em Porto Príncipe, por exemplo, tem mais de mil funcionários – como se justifica isso num país de cerca de 7 milhões de habitantes? Será que vale a pena que os militares brasileiros participem da ocupação de um país irmão, que é pobre e negro, que não precisa de tropas militares e sim de tropas de solidariedade e de reconstrução? Que papel estamos desempenhando na geopolítica do Continente? ■

**Sandra Quintela** é economista, trabalha no Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. Foi indicada pela Rede Jubileu Sul/ Campanha contra a Alca para coordenar o grupo brasileiro participante da missão.



## O delírio do Império

**Com a ajuda do Banco Mundial, o Haiti está sendo transformado num país dividido em zonas francas**

João Alexandre **Peschanski**

O Haiti é um sonho de consumo para o governo dos EUA. Do mesmo modo que já foram os poços de petróleo do Iraque. No país caribenho, entretanto, não são os recursos naturais que interessam. As belas praias são estas também desdenhadas. O Império se volta para o Haiti para aí criar seu projeto mais delirante: o paraíso do neoliberalismo.

A terra dos sonhos das corporações tem uma fórmula simples. Um lugar onde a lei que vale é a das grandes empresas, com controle sobre os códigos sociais e as Forças Armadas. Onde os benefícios e privilégios das corporações são ilimitados, pois decididos por elas mesmas. Onde o Estado – nas mãos de um governo conivente – não entra, e delega às instituições financeiras internacionais e aos empresários

a administração sobre o desenvolvimento do local. Onde toda a produção, realizada por trabalhadores explorados até o osso, destina-se a abastecer as camadas mais ricas do mundo.

O Haiti, independente desde 1804, se tornou o laboratório do delírio do governo estadunidense. O paraíso do neoliberalismo se localiza no Município de Ouanaminthe, no Departamento do Nordeste, onde se estima que vivam 60 mil pessoas. Não há estatística exata, como também não há serviços públicos básicos (saneamento, coleta de lixo, saúde, infra-estrutura), porque, desde o início de 2004, não há prefeito ou outro responsável direto pelos problemas da cidade. Contando as 11 *cités* (municípios periféricos) que rodeiam Ouanaminthe, a população pode superar os 100 mil habitantes.

Embora a região seja uma das mais férteis do Haiti, pouco se planta. A paisagem que domina Ouanaminthe é outra. Atrás de uma grade de três metros de altura, eletrificada no topo, dois enormes edifícios brancos, com capacidade para dois mil operários, ocupam o campo de visão. A maioria da população local não se aproxima. É a primeira zona franca do Haiti, administrada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial (Codevi), filial da empresa dominicana Grupo M. Inaugurada em 8 de abril de 2003 pelos então presidentes do Haiti e da República Dominicana, Jean Bertrand Aristide e Hipólito Mejía, emprega atualmente 711 trabalhadores, que produzem calças para a corporação estadunidense Levi Strauss e devem começar a fabricar camisetas para a transnacional Sara Lee.

Para chegar à zona franca, que tem uma área de 80 hectares, é preciso atravessar uma passarela de uma dezena de

metros, permanentemente sob a mira de vigias haitianos e dominicanos. Eles portam fuzis, escopetas e revólveres automáticos, que deixam bem à vista. O recado é claro: a área é reservada.

A empresa dominicana recebeu carta branca de sucessivos governos haitianos, incluindo o atual, do presidente Boniface Alexandre e do primeiro-ministro Gérard Latortue, para administrar a zona franca do modo que lhe

convier. Em entrevista concedida pela Plataforma de Organizações Haitianas de Direitos Humanos (PO HDH), o responsável pela direção regional do Ministério de Questões Sociais, Alfred Wilson, afirmou ter acompanhado irregularidades na zona franca, mas não fez nada. As irregularidades sobre as quais fala

são a exploração dos operários, espancamentos de funcionários e tráfico de droga.

### O país se tornou o laboratório do delírio do governo americano – o paraíso do neoliberalismo fica em Ouanaminthe, onde está a primeira zona franca haitiana

**Situação ruim** Os empregados na zona franca trabalham de 10 a 12 horas diárias, todos os dias da semana. São submetidos a uma lei de ferro. O operário Jean-Charles Gérald diz que é obrigado a produzir 900 calças por dia, sob pena de ser demitido. Pelo trabalho, que considera “excessivamente cansativo”, recebe 72 gourdes por dia, menos de US\$ 2.

Nas oficinas, diz Tayllor Bogella, presidente do Sindicato dos Operários da Codevi em Ouanaminthe (Sokowa), os trabalhadores são vigiados por capatazes armados. “Como somos haitianos, e os vigias são dominicanos, há muito racismo. Somos maltratados e humilhados.” Para ele, a situação é ruim, mas antes era insustentável. “A melhora só veio porque lutamos”, diz.

A partir da inauguração da zona franca, em 2003, os operários iniciaram manifestações e greves, exigindo o reconhecimento do Código do Trabalho pela Codevi e a interrupção das violências contra os empregados. Formaram um sindicato. Em 1º de março de 2004, a resposta da direção da zona franca foi a demissão de 34 integrantes do sindicato. Após um mês e meio de mobilização, os trabalhadores demitidos puderam voltar ao trabalho.

A luta dos empregados continuou, a sindicalização aumentou, atingindo 400 dos 711 operários. Para acabar com as reivindicações, sem autorização do governo haitiano, a Codevi mobilizou um batalhão de soldados dominicanos, que permaneceu na zona franca por vários meses. Os militares reprimiram greves e protestos do sin-



dicato, espancaram trabalhadores. “A zona franca está em território haitiano. Para defender seus interesses, o Grupo M chamou o Exército da República Dominicana para reprimir os operários que exigiam melhores condições de trabalho. Foi uma ocupação de território, já que a zona franca está no Haiti, e o governo nada fez”, diz Didier Dominique, da entidade Bataye Ouvriye (do crioulo, “Luta Operária”), que apóia o sindicato dos operários da Codevi. E acrescentou que Latortue sabia da presença de militares dominicanos em Ouanaminthe desde maio de 2004.

**Decisões favoráveis aos operários** Em 11 de junho, alegando baixa produtividade dos operários, a empresa demitiu 370 pessoas, muitas das quais integrantes do Sokowa. Durante meses, houve manifestações contra a Codevi. Em 5 de fevereiro de 2005, após meses de mobilização dos empregados e demitidos da Codevi, a direção da zona franca e a coordenação do Sokowa se reuniram e firmaram um acordo. Para Bogella, as decisões do encontro são favoráveis aos operários, mas ainda insuficientes. “É uma grande vitória dos trabalhadores de Ouanaminthe, em um momento em que colecionavam derrotas e repressão”, diz.

Na reunião, foi acordado o reconhecimento da liberdade sindical, de acordo com a Constituição do Haiti. No documento final, a Codevi se comprometeu a “não recorrer a força armada de qualquer tipo (por militares ou seguran-

ças) em conflito de trabalho, a não ser em caso de violência no seio da empresa, seja contra alguém seja contra os bens da empresa” e a respeitar os direitos humanos de seus empregados. Bogella salienta que o acordo também permitiu a reconvocação dos demitidos, além da criação de um calendário de encontros para discutir problemas como os baixos salários.

Em um encontro de chefes de Estado da maioria dos países das Américas, a Cúpula de Monterrey, México, em 2004, Aristide apresentou um projeto para criar 18 zonas francas no Haiti. A idéia foi aplaudida pelos representantes dos EUA e, principalmente, da República Dominicana, onde há 56 zonas francas. Em território haitiano, a primeira é em Ouanaminthe, mas duas estão em construção, em Laffiteau e Drouillard.

A criação das zonas francas está em ritmo acelerado desde 29 de fevereiro de 2004, quando soldados estadunidenses ocuparam o Haiti e depuseram o governo. Desde então, empresas são incentivadas a se instalar no país. Segundo Réналd Clérismé, do Ministério das Relações Exteriores e ex-embaixador do Haiti na Organização Mundial do Comércio (OMC), os privilégios são inúmeros, de fundiários a fiscais, e são flexíveis, ou seja, podem ser aumentados dependendo de negociações entre as empresas e o governo. Diz ele: “Se as corporações reclamam, o governo dá ainda mais liberdades. O prejuízo recai sobre a população haitiana. No fim, pode-se dizer

que o Haiti é um bom aluno do neoliberalismo". Bom aluno, o Haiti ganha seus prêmios, que vão diretamente para as empresas. O Grupo M recebeu US\$ 23 milhões do Banco Mundial para construir a zona franca. A instituição financeira considera a expansão de áreas como a de Ouanaminthe essencial para o desenvolvi-

mento do Haiti – e se dispõe a financiar empresas que queiram administrar zonas francas. O Bird avalia um empréstimo adicional de 42 milhões de dólares para ajudar o Grupo M. ■

**João Alexandre Peschanski** é jornalista do semanário *Brasil de Fato* e esteve recentemente em Porto Príncipe.

## O golpe e a correnteza

**Após a primeira deposição de Aristide, o movimento que o levou ao poder cindiu, o que facilitou a nova derrubada**

Daniel **Guimarães**

A população haitiana assiste e sofre há séculos uma intensa batalha diária entre a manutenção do poder de uma pequena elite e a tentativa de independência de sua imensa maioria. Escrever sobre o Haiti é uma tarefa difícil, é tentar montar um quebra-cabeça sobre uma situação que ainda não compreendemos com tanta clareza.

Este artigo se baseia em informações encontradas no artigo *Option Zero in Haiti*, de Peter Hallward, publicado na edição de maio/junho do ano passado na revista *New Left Review*, para nos ajudar a encontrar algumas respostas sobre este tão pouco comentado e analisado golpe de Estado. Um golpe articulado e efetivado de forma invisível, para que a repercussão não alcance as mesmas proporções geradas pela ocupação no Iraque – o que talvez explique a pretensa atuação principal da França e não dos EUA, protagonista dos bastidores. Uma ocupação mantida com um imenso esforço do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah).

A luta pela emancipação da população haitiana ganhou proporções já no século 18. País oficialmente ocupado e explorado pela França a partir de 1697, a então chamada Ilha de Saint-Domingue se tornou um negócio incrivelmente lucrativo. Porém, a partir de 1791, os escravos e as escravas que geravam tamanha riqueza passaram a se revoltar, iniciando uma luta que perdurou 13 anos e derrubou cerca de 50 mil soldados franceses, espanhóis e britânicos. O império havia sofrido uma de suas piores derrotas.

Em 1804, já independente, a ilha foi rebatizada com o nome de Haiti e passou a ser uma ameaça ao colonialismo. O Haiti entra, então, em uma época profundamente marcada pelo incansável esforço em frear esse crescente movimento de emancipação. Tanto forças internas quanto externas moldaram formas para que a absolutamente injusta distribuição de riqueza e poder pudesse continuar a existir e garantir a dominação do povo haitiano.

A primeira ação veio da França. Após a independência haitiana, o país cortou relações tanto diplomáticas quanto econômicas com a ilha. Sem apoio financeiro e enfrentan-

do sérios problemas como a queda dos preços na agricultura e a erosão de grande parte do solo cultivável, o recém-independente país estava contra a parede. Dessa forma, em 1825, a França aplicou um duro golpe, exigindo pagamento indenizatório pela perda de terras e de escravos causados pela emancipação do Haiti. Para tanto, exigiu a quantia de 90 milhões de francos – o equivalente ao orçamento francês daquele ano. Para pagar a quantia, o Haiti se viu forçado a procurar os bancos privados franceses, dos quais obteve um empréstimo de 24 milhões de francos a altíssimas taxas de juros. O Haiti pagou a última parcela da indenização em 1947, consumindo aproximadamente 80% de seu orçamento.

**União França-EUA** Para compreendermos a gravidade desse episódio, a desculpa oficial para o governo francês exigir a renúncia do presidente Jean Bertrand Aristide, dias antes do golpe de 29 de março de 2004, foi a ousada exigência do governo haitiano de que essa quantia retornasse ao país. Nada poderia unir tanto a mídia francesa, que clamava por intervenção, e os próprios governos francês e norte-americano, que haviam se divorciado durante o início da ocupação no Iraque.

Após essa fase de colonização francesa, e aproveitando suas ações na vizinha República Dominicana, os EUA entram em cena entre 1916 e 1924. Durante esses anos, o regime militar norte-americano instalado na ilha realizou uma espécie de ensaio de um programa de ajuste econômico. Aboliu a Constituição uma cláusula que proibia a aquisição de propriedades por estrangeiros, tomou conta do Banco Nacional, reorganizou a economia para assegurar o pagamento da dívida externa, expropriou terras para suas próprias plantações e treinou uma nova e brutal força militar. Essa força agiu severamente contra qualquer resistência popular, especialmente a camponesa, matando entre cinco mil e 15 mil pessoas.

O exército criado e treinado pelos EUA assumiu controle absoluto após sua saída do Haiti. Em resposta a esse regime, nasceu a ditadura da família Duvalier. O médico François

Duvalier, conhecido como *Papa Doc*, organizou sua própria milícia, os Tonton Macoutes, após vencer as eleições de 1957 – data da queda do prévio regime militar. Os cerca de dez mil Macoutes eram utilizados para aterrorizar a população e mantiveram *Papa Doc* no poder por 14 anos. Os EUA, inicialmente com certo receio, pelo extremado nacionalismo de Duvalier, apoiaram o novo ditador, principalmente por suas posições anticomunistas. François morreu em 1971 e seu filho, Jean-François, *Baby Doc*, assumiu como “presidente vitalício”, gozando ainda mais apoio norteamericano.

**Nova referência política** Já por meados dos anos 1980, nos bairros da periferia da capital haitiana, Porto Príncipe, iniciou-se uma nova fase da vida política da população.

Essas pessoas se abriram aos sermões de padres influenciados diretamente pela Teologia da Libertação. Os sermões, falados na língua crioula, louvavam a resistência contra o regime de *Baby Doc*, se tornando uma nova referência política. Entre esses padres estava o intelectual Jean Bertrand Aristide. Na Páscoa de 1985, no meio de uma forte agitação popular, Aristide fez um de seus principais e mais difundidos discursos, afirmando que “o passado dos haitianos que rejeitaram o regime é o passado da justiça e do amor”. Em 1986, Aristide foi o porta-voz do movimento que derrotou *Baby Doc*, que se exilou na França. Uma junta militar assumiu o governo, liderado pelo general Henri Namphy, e tentou fortemente, mas sem sucesso, derrotar a “correnteza”, formada por agrupamentos políticos, sindicatos, associações camponesas, pequenos grupos religiosos e outras organizações de massas. Lavalas (correnteza em crioulo) foi o nome pelo qual o movimento ficou conhecido.

Aristide chegou à Presidência em 1990, representando a Frente Nacional pela Mudança e Democracia (FNCD em francês). A elite haitiana logo tentou articular um golpe, mas foi impedida pela população. Mesmo com imenso apoio (registrando 67% dos votos), no entanto, Aristide não obteve maioria no Legislativo e fez uma série de concessões, como a adoção de um programa orçamentário agradável aos investidores externos. Além disso, evitou o combate à corrupção instalada na burocracia estatal.

Mas, mantendo sua tradição de intolância, mesmo com esse modesto plano governamental, baseado em programas educacionais e erradicação da pobreza, a elite haitiana arquitetou um golpe que retiraria Aristide do poder, instalando uma nova junta militar liderada pelo general Raoul Cédras. A nova ditadura foi responsável pela morte de milhares de militantes do Lavalas, entre outros apoiadores de Aristide.

Numa encenação diplomática, o presidente dos EUA, Bill

Clinton, sugeriu a volta de Aristide sob certas condições, como concessão de anistia aos golpistas, divisão do poder com seus oponentes, incluindo a aceitação de suas políticas mais conservadoras e, especialmente, adoção de um plano de ajuste estrutural feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse capítulo apenas repetiu o que observamos no resto do mundo: redução de direitos trabalhistas, fim dos impostos para grandes redes estrangeiras que procuram mão-de-obra cada vez mais barata e menos organizada, corte orçamentário para os planos de saúde, educação, etc. Produtores de arroz, por exemplo, foram completamente dizimados pela concorrência – se em 1997 o Haiti importava cerca de sete mil toneladas de grãos, em 2002 importou 220 mil.

Esse foi um momento crucial para a vida política do Haiti.

O Lavalas passou por uma profunda crise interna. Dessa fratura dentro do Lavalas, surgiu a Organização do Povo em Luta (OPL), de caráter mais moderado, e uma renovação do próprio Lavalas, chamada Família Lavalas (FL). Além disso, parte das organizações camponesas, que o apoiava, como o Movimento Camponês de Papaye (MPP no original em francês), Tèt Kole Ti Peyizan (em crioulo, Cabeças Coladas

de Pequenos Camponeses Haitianos) e Kozepep, abandonaram a organização por acreditar que estava adotando posições antipopulares.

**Força e influência de Aristide** A questão é: o que queriam esses movimentos? O MPP posteriormente se juntou ao grupo de oposição abertamente reacionário Convergência Democrática. Dentro do próprio quadro de críticos ao Lavalas existia certa acomodação melancólica baseada na crença de que não havia forças para lutar contra o FMI e a elite. Motivos para essa melancolia são perfeitamente compreensíveis, depois de tantos anos de violência, mas restam algumas dúvidas que o baixo nível de informações que conhecemos sobre o Haiti não esclareceu. É possível existir grupos de esquerda que, obviamente, façam oposição ao golpe e a subsequente ocupação, mas também ao governo de Aristide e ao seu alinhamento, mesmo que não tão profundo e proposital, com o FMI? E mais: qual a possibilidade de encontrarmos um grupo como esse organizado?

De qualquer forma, é preciso admitir a força e a influência que Aristide, o padre formado pela Teologia da Libertação, exerce sobre a população no Haiti. No meio de uma situação calamitosa e profundamente difícil, os sermões de Aristide fazem falta para a imensa parte da população, que clama por sua volta, pelo respeito à Constituição que permitiu sua vitória na última corrida eleitoral em 2001. ■

**Daniel Guimarães** é integrante do Centro de Mídia Independente e do coletivo editorial do jornal *O Independente*.